

1. Nota Preliminar. 2. Do Condicionamento da Representação (Statu Quo e Mobilização).
3. Da Estabilidade Social (Democracia e Congresso).
4. Do Congresso Frente às Crises (Prevalência da Liberdade).
5. Algumas Considerações Sobre a Expansão Democrática.
6. Do Congresso Frente à Expansão Democrática.
7. "Quando o Diapasão se Eleva".

1. Nota Preliminar

Este trabalho não é uma defesa do Congresso. Não temos procuração para isso e, a nosso ver, o Congresso dela não precisa.

O objetivo deste trabalho é o de prosseguir estudos que fizemos no passado, em 1956, com os quais intentamos dizer que, numa democracia, o Congresso, juntamente com os partidos, é o instrumento mais válido para a educação popular, para a democracia, a liberdade e o desenvolvimento. Que este último, todavia, exige disciplina e o estabelecimento de uma política geral orientada, firme e compatível, não apenas com o presente, porém, sobretudo, com as projeções futuras da nacionalidade. Que o Congresso, portanto, tem uma grande responsabilidade frente às aspirações do desenvolvimento, que, no fundo, confundem-se com as próprias aspirações da democracia e da liberdade. E que, embora pareça contraditório, ditas aspirações, hoje, em todo o mundo (e isso dizíamos em 1956), são tão concretas no espírito dos povos e nações, que o desenvolvimento, a sua busca, não poderá ser mais detida. A ele, ou a ela, todos os povos e nações irão, ainda que sacrificando a democracia e a liberdade.

A posição de responsabilidade do Congresso, portanto, frente a ditas aspirações ou *exigências*, é decisiva para que aquele sacrifício não venha a ser preferido.

Conseqüentemente, de nossa parte, pretendemos, com este novo trabalho — e ainda uma vez tomando o Congresso como símbolo —, reafirmar nossas convicções sobre a possibilidade de alcançar-se o desenvolvimento, com planejamento, dentro de um clima de liberdade.

Para isso, entretanto, faz-se indispensável que a política, seja como teoria, seja como ação pragmática, não esqueça nunca que, nos dias de hoje, os três termos têm que ser manipulados em conjunto, pois que se integram no quadro da suprema aspiração humana, que é a de viver com liberdade.

O CONGRESSO: PODER REPRESENTATIVO — SUA POSIÇÃO FRENTE ÀS CRISES

Luciano Mesquita

2. Do Condicionamento da Representação ("Statu Quo" e Mobilização)

Quando se diz que o Congresso é *poder representativo*, faz-se mister que tomemos a expressão em suas últimas conseqüências.

Ele é representativo quer do ponto de vista positivo, quer negativo.

E, a esse respeito, tanto pode refletir ou espelhar uma "estrutura social arcaica" — que insiste em permanecer e, por isso, resiste à pressão social que lhe é imposta de baixo para cima —, como pode também corresponder a uma "mobilização popular" em curso, suscetível de tender até para situações subversivas, senão mesmo para condições revolucionárias inarredáveis.

No primeiro caso, o Congresso representa, sobretudo, um determinado *statu quo* que não quer ver alterados os padrões vigentes do coexistir social; ou por achá-los bons, de modo geral (ainda que contra tódta evidência); ou porque, se bem que inclinado a admiti-los ruins, resiste a reajustá-los mesmo a título de "reformas de base" — isto é, de reformas que substancialmente não promoverão novos conceitos quanto à propriedade e seu proclamado direito, nem alterarão o complexo dos recursos nacionais, em termos de adoção de uma nova ideologia para o sistema de produção da riqueza coletiva; visto que, beneficiando a coletividade, tais reformas beneficiam também as classes mais privilegiadas dessa mesma coletividade.

No segundo caso, o Congresso reflete, senão mesmo representa, a própria mobilização em curso; até com as suas tintas revolucionárias, quando essas realmente existem. Nessa hipótese, tanto pode tender para uma espécie de estabilização de si mesmo, uma vez realizados os objetivos primaciais do movimento; como pode contrariamente, e a despeito de todos os seus esforços, vir a ser tragado pela voragem revolucionária, sob cuja inspiração nasceu.

Quando assim ocorre, o Congresso, ainda que venha a ser "substituído" por outro, deixa praticamente de existir. E se um dia volta a reunir-se, uma vez ultrapassada a fase aguda das alterações sociais, certo é que já não mais representará a revolução, ou dessa será, então — como poderíamos dizê-lo? — a sua "burguesia"... Ou, ainda, como diria Djilas Millovan, o exato espelho de sua "nova classe".

3. Da Estabilidade Social (Democracia e Congresso)

O Congresso é, assim, a imagem mesma, com as deformações de tódta imagem, de uma dada estrutura social, quer em seus aspectos dinâmicos, quer estáticos; e, conforme a emergência, espelhando mais uns que outros; porém — e isso é preciso ter em vista — tendendo sempre a exprimir mais, não os aspectos estáticos propriamente ditos, mas aqueles que traduzam, denotem, indiquem ou comprovem a existência de "estabilidade social". É que o Congresso é órgão da democracia; e democracia pressupõe, sem dúvida, um mínimo de estabilidade.

Em tempos normais, as ações e reações do Congresso são índices mais que seguros para a aferição das tendências, dos rumos e das perspectivas da coletividade nacional que representa. Em tempos anormais, já não é tanto assim. O Congresso, também ele,

passa a refletir as inquietações e as dúvidas, os terrores pressentidos, os ressentimentos e senão até os ódios mal contidos, que dividem a sociedade. Mas, mesmo aí, o Congresso mostra-se altamente representativo, visto que, à semelhança de um barômetro — e ainda que de modo indireto; a exigir, pois, traduções e interpretações —, registra êle os valôres e a temperatura do tempo social vigente, ou do que está por vir.

Sua atuação não espelha sômente uma situação presente, em relação à qual está condicionado. Indica, também — e até contraditôriamente —, os sintomas, pelo menos, do futuro imediato. Enfim, se não fôra o receio de parecer que fazemos jôgo de palavras, diríamos ser êle representativo, ainda mesmo quando não o é, assim como, do mesmo modo, a exceção só faz confirmar a regra.

4. Do Congresso Frente às Crises (Prevalência da Liberdade)

O fato é que suas ações, reações e omissões, especialmente quando em “tempos de crise”, exigem traduções e interpretações, nem sempre fáceis, como poderá parecer, e normalmente parece àqueles que de perto e “de dentro” não o conhecem. É que, nessas conjunturas, seu comportamento tem algo do imprevisível das próprias crises, e revela, antes, “pré-resultados”, frente aos quais nunca poderemos dizer, de modo preciso, a que caminho nos conduzirão.

A menos que, de modo deliberado e com intenções mais ou menos ocultas ou mais ou menos evidentes, preferamos “simplificá-lo”, encarando-o, então, com primarismo, não é o Congresso aparelhamento político simples e de fácil manejo, ainda que perfeitamente integrado nas aspirações populares. Consideramos básica esta última observação. Não é possível jamais perder de vista o fato de que êle nunca é, porque não pode ser, um “órgão monolítico”. É órgão da democracia. Sempre pluripolítico, mesmo quando essa “pluralidade” é de natureza mais aparente que efetiva.

Ora, o Congresso nunca está desatento a tais intenções mais ou menos ocultas ou mais ou menos evidentes que sempre lastreiam os procedimentos políticos, ou a política mesma, como arte que é de jôgo e manipulação de interesses conflitantes.

Diante delas, ou frente a simples suspeição de que poderão estar informando campanhas aparentemente destinadas a outros fins, reage o Congresso com precisão, diríamos, quase milimétrica. Sobretudo se, no bôjo dessas campanhas, tornam-se evidentes os propósitos de desmoralização das instituições legislativas.

Esta reação, acrescentamos, será tanto mais prudente e firme, se o Congresso souber que, a alimentar ditas campanhas, lavra, realmente lavra, nas infra-estruturas sociais, crises graves, e em relação às quais todos falam e apontam remédios; porém, sobre cujos rumos políticos poucos atinam com segurança.

A prudência e a firmeza do Congresso traduzem, assim, principalmente, a deliberada vontade desse denso (e aparentemente descozido) instrumento político, de evitar o pior; isto é, o aproveitamento das condições e do quadro das crises em curso, por grupos minoritários-agressivos, prontos sempre, ante a menor vacilação, para deflagrarem movimentos de maior envergadura. Movimentos que irão desaguar, fora de dúvida, justamente nas picadas, nas brechas e nas trincheiras cavadas por êsses mesmos grupos, na sua tenaz luta pela “tomada do poder”.

Porque, uma coisa são as intenções mais ou menos ambiciosas desse ou daquele líder, no seu afã de adquirir ou de não perder popularidade; e outra, muito outra, é o aproveitamento de tais ambições por grupos políticos incumbidos de ir mais adiante. Pois, enquanto aquelas ambições são mais ou menos conjuráveis, o dito aproveitamento, uma vez realizado, não o é.

Esta é que é a realidade da posição do Congresso — e, de resto, de todos os parlamentos — frente às crises.

Reconhecemos que essa posição poderá configurar-se, sob certos aspectos, como de extrema e lenta resistência. Nunca, porém, como de desinteresse ou omissão para o cumprimento de seus indeclináveis deveres. Essa posição poderá incluir, até, a deliberada decisão para uma espécie de confronto democrático, correndo-se com isso todos os riscos da própria democracia, sempre sob a ameaça dos que lhe são infensos, senão “inimigos declarados”.

A pronta e fulminante decisão de nosso Congresso, por exemplo, na votação do Ato Adicional, não invalidou a posição que assinalamos. Ao contrário, se bem avaliada, correspondeu justamente ao mencionado confronto. Naquela emergência, e ante o impasse que então se verificou, a solução parlamentarista, com todos os seus defeitos, representou uma espécie de saída democrática, à falta da qual teríamos fatalmente interrompido o processo democrático iniciado em 46.

A decisão teve, assim, o propósito fundamental de manter o princípio da liberdade democrática, então seriamente ameaçado, salvaguardadas tôdas as suas garantias, até mesmo para modificação ulterior, de caráter popular, tão logo serenassem os ânimos e paixões. E essa modificação veio com o plebiscito, que devolveu ao País o sistema presidencialista.

O fato é que (e em política só os fatos contam) o Congresso, por sua tessitura, e nunca perdida de vista a razão fundamental de sua criação e instituição (*contrôle do exercício do poder*, a fim de que este nunca seja tirânico, absoluto nem pessoal), jamais poderá decidir “monoliticamente”, insistimos. Enquanto Congresso, e ainda que tangido sob a inspiração de poderosas lideranças, suas deliberações representam o maior número. Nunca a totalidade das correntes políticas que o compõem.

É nessa sua impossibilidade (talvez a única frente a qual o Congresso realmente se vê) que reside, que se configura, espelha-se e comprova-se a sua feição nitidamente democrática, fundado que é no princípio da liberdade. Princípio que, na prática, é claro, nem sempre reflete a liberdade de todos; porém, que traduz a opinião de expressivas maiorias e minorias, embora não de todo representadas do ângulo eleitoral, em particular.

O aspecto central do comportamento do Congresso frente às crises é, portanto, o de dar prevalência à questão da liberdade, só descendo realmente ao exame dos fatores que as determinam, uma vez asseguradas, previamente, seja pelas Forças Armadas e instituições outras desse porte, seja pelos próprios partidos ou facções em choque, as garantias implícitas ao princípio da liberdade, vigente.

E é natural que assim seja. As crises, sejam de que tipo forem, objetivam, sempre, no fundo, ampliar a liberdade ou restringi-la, e, em qualquer dos casos, a posição do Congresso é afetada.

O importante é fixar, pois, que o Congresso, como órgão que é da democracia representativa, corre todos os seus riscos, tanto quando cede como quando resiste; sobretudo, se cede ou se resiste em "tempos de crise".

5. Algumas Considerações Sobre a Expansão Democrática

Se são ponderáveis os fatores, dessa ou daquela índole, que, no mundo moderno, ilidem o exercício da democracia, fazendo-a, na prática, mais plebiscitária que representativa, o reconhecimento dessa, como dizer, situação de fato, não impõe a conclusão no sentido de que tais limitações estão realmente cerceando a vontade, a disposição geral dos homens, de a verem mais aprofundada ou mais bem caracterizada.

Tudo indica, ao contrário, talvez não tanto para "agora" e "já", que a sociedade humana, por causa mesmo das saturações espirituais ou das tensões psíquicas a que vem sendo submetida, cuidará de reajustar os tipos de organização política da democracia, fazendo-os, na prática, mais integrados ao caráter tecnológico de nossa civilização, salvando-se, assim, na sua melhor parte, a aspiração do humanismo. A própria democracia, portanto, assim como tudo de hoje em nosso mundo, está também sendo reformulada e, dêse modo, triturada para a apuração dêsse outro ciclo que nos espera.

Ninguém poderá negar, por exemplo, que o sentimento de responsabilidade social, ou de co-participação social, cresceu a partir da II Guerra Mundial.

A brutal revelação dos horrores nazistas; os singulares e sem precedentes processos que em torno dêles se vêm realizando; a desestalinização do mundo soviético; a vigorosa presença de líderes decididos a preservarem a paz; a quase impossibilidade prática de fazer-se a guerra, assim, de modo total; o levante da África; sua presença nos conselhos mundiais; a presença da China; seus recuos e avanços na extirpação de velhas estruturas; o assassinio de Kennedy; o suicídio dos monges budistas; as mensagens de João XXIII e a sua sucessão por Montini; o Mercado Comum Europeu e outros mercados que se organizam — tudo isso está a indicar que os homens não mais serão presas inermes em mãos de camarilhas sedentas de "poder e glória", ainda que se digam, na sua incessante vocação para o embuste, sideradas pelo "amor ao próximo", ou pelo "amor ao povo".

Não. Os homens não serão mais vítimas disso, embora, aqui e ali, eventual e transitóriamente, venham a sofrer as pretensas salvações que êsses ou aquêles grupos mais audaciosos lhes imponham.

Será sempre por algum tempo; nunca por todo o tempo. Não haverá mais "todos", nesse sentido compulsivo, totalitário, sombrio e único, fora do qual os "outros" deixam de existir.

E anote-se para maior comprovação do que vimos afirmando: — o que vem desesperando os energúmenos da radicalização, seja ela qual fôr, é justamente terem sentido (ou já saberem, já haverem apurado) que existe hoje no mundo uma nova espécie de esclarecimento, geral, popular, de pessoa a pessoa, de grupo a grupo, de classe a classe, que resiste bravamente a "acreditar". Sim, a acreditar, justamente porque acredita no valor intrínseco dêsse esclarecimento, que é a um tempo participação e resistência.

É que o povo, no mundo moderno, e ainda que sob a vivência de democracias defeituosas ou parciais, manipuladas por partidos ou grupos de interesses, constituiu-se nisso a que poderíamos chamar, e com propriedade, a verdadeira, a autêntica "terceira força" do mundo.

O povo, conseqüentemente, como diria Ortega y Gasset (e certamente um tanto enfastiado...), está *en la calle*.

Ora, isso é democracia. Tudo quanto dissemos, especialmente neste tópico, amadurece-nos na convicção de que a democracia, ou, mais precisamente, o sentimento democrático, está-se expandindo no mundo, mesmo quando os métodos de "democratização", até mesmo nas chamadas democracias históricas, não estejam sendo lá muito "democráticos".

Essa afirmação poderá sugerir que temos o gosto de formular paradoxos. Quem assim pensar, porém, é porque não leu este capítulo. Ou, se o leu, decididamente não o entendeu, ou não o quis entender.

O certo é que todo êle foi escrito e fundou-se na afirmação a seguir, de William E. Porter, ao examinar os problemas da educação política em suas relações com o pretense "contrôle da mente". Diz Porter: — "*A realidade pode ser deformada por uma mentira, mas só tem grande efeito quando a mentira é tomada pela realidade.*"

Isso quer dizer que, do ângulo democrático, e uma vez existindo democracia, ainda que precária, a mentira não tem longa vida, pois que os fatos da realidade viva estarão aí, a todo instante, e ao menor descuido, para desmoralizá-la, no campo político.

6. Do Congresso Frente à Expansão Democrática

A justificação do Congresso, ou, mais precisamente, a sua avaliação em determinado contexto democrático, sobretudo quando êsse contexto tende a ampliar-se ou a perder-se, é, talvez, uma das tarefas mais ingratas à qual se venha a dedicar um perito político. É sempre mais fácil, senão mesmo mais seguro, avaliar os rumos e as perspectivas, pondo-se o Congresso de lado, assim como se êle de fato nada represente, ou nada pudesse sua presença, no contexto, influir nos aspectos específicos da pretendida avaliação.

Isso, entre nós, tem um sentido. Apoia-se numa espécie de tradição, não apenas do povo, porém, das próprias elites, muito pouco afeitas a verem, no Congresso, ou melhor, no Poder Legislativo, uma das sedes do poder nacional. Somos de índole executiva, muito embora apreciemos as insígnias exteriores do poder vinculado à liberdade política. A nossa História nos ensinou a extrema precariedade dos parlamentares, quando resultantes de fontes autoritárias da organização social; estas, por sua vez, inteiramente voltadas, desde os tempos de El Rey Nosso Senhor, para a sua suprema encarnação, o *executivo*.

O Congresso, portanto, embora as ditas fontes sempre tenham sido amplamente nêle representadas, é, de acôrdo com as tendências de nossa formação política, uma espécie de "bode expiatório", que não escapa nem mesmo àqueles que, através dêle, lançam-se nessa predestinação brasileira, de seus políticos, em busca das supremas prerrogativas das funções executivas.

Para que a situação do Congresso viesse a mudar frente à expansão democrática que ao povo anima, preciso seria que os políticos, ao buscá-lo, para ele acorressem movidos, sobretudo, pelas convicções da liberdade, fazendo dêle, assim, o centro mesmo de convergência das aspirações populares. Se estas, seguindo o mito executivo que a tradição fortaleceu, pudessem pressentir que a luta contra a opressão se apóia, sobretudo, na multiplicidade de poderes, nossa democracia não seria, assim, tão vacilante e precária, e não apenas na área do poder, mas em tôda a nossa vida, a profissional, a sindical, a comunal, a partidária e até mesmo a cultural.

O problema, pois, não está em indagar se ainda é possível ocorrer alguma mudança com relação ao Congresso, que, no caso, é uma parte, um instrumento da democracia, tal como a temos instituída. O problema está em indagar se ainda é tempo de, em nosso País, fortalecer-se o natural instinto democrático do povo.

De nossa parte, não temos dúvidas em afirmar que sim, até porque jamais confundimos a democracia com as suas vestes, e a liberdade com as suas aparências. Se a democracia é, conforme a entendemos, um dado do espírito que nos trouxe da barbárie até hoje, convencidos estamos de que ela prevalecerá, ainda que suas vestes não sejam as mesmas com que foi vestida ao nascer, e a liberdade, por sua vez, não seja apenas a sua aparência.

7. "Quando o Diapasão se Eleva"

Este tópico tem uma intenção puramente pedagógica. Apóia-se na História. Ou, como diz Sidney Hook, quando nela registra a presença de crises, assinala-se, também, a simultânea presença de "heróis salvadores".

Diz o citado professor da Universidade de New York que, "a julgar pela História dos povos dos quais temos mais do que documentos fragmentários, nunca houve um período que não fôsse olhado como crítico por alguns de seus contemporâneos".

A necessidade, portanto, do que Hook chama "heróis salvadores" faz-se, então, presente. Adverte, todavia, o autor de "O Herói na História": — "Tal necessidade é mais freqüentemente sentida do que claramente articulada, e mais freqüentemente expressa do que satisfeita."

Retirando disso uma conclusão afirmativa, acrescenta: — "Na verdade, quanto mais freqüentes os gritos por um salvador histórico ou por uma liderança esclarecida, e quanto mais alto se eleve o seu diapasão, tanto mais se acumulam as evidências *prima facie* de que os candidatos a êste sublime ofício são insatisfatórios."

Isso não poderá bem ser tomado, indagamos, como uma salutar advertência para nós?

A indagação não a fazemos de maneira genérica nem gratuita. Fazemo-la tendo em vista justamente tôdas as questões que focalizamos neste trabalho, quais sejam a do sentir democrático do povo; a da expansão da mente democrática; a de fazer-se de nossa democracia uma democracia mais representativa; a do importante papel do Congresso em meio a tudo isso?

Ou é próprio, na purgação das crises, que aos ditos "heróis salvadores" nos entreguemos?

A indagação, se posta a partir do ângulo do Congresso, há de receber sempre a invariável resposta "de que não", visto ser êle, por si, a barragem mesma, frente a cujos paredões se detêm as tumultuosas águas nas quais navegam os eternos "salvadores".

Daí por quê, se aplicarmos tudo isso que vimos dizendo aos tipos de reações de nosso Congresso, do período que vem da renúncia do Sr. Jânio Quadros até a deposição do Sr. João Goulart, temos que concluir a seu favor. Na crise da renúncia não se deixou atemorizar para a escolha do melhor caminho, na ocasião. Votou o Ato Adicional, e, psicologicamente, preparou-se para, oportunamente, revogá-lo. E revogou-o. Até os dias de abril suportou cerrado fogo, sem também se deixar abater, sabendo, embora, que a solução não viria dêle, e a que viesse, bem que o poderia esmagar. No fundo, esperou. Somos quase tentados a dizer esperou estóicamente.

Já ante o impacto dos acontecimentos de abril, entre atordoado mas lúcido, viu-se diretamente atingido. O Ato Institucional impôs-lhe novos rumos, e êle os aceitou, ainda que constrangido e incerto; porém, seguro, levado pela convicção mais que geral, porque unânime, de que, no caso, mais que a si mesmo, estava em causa questão bem maior, a da salvaguarda da ordem democrática, ainda que sob inevitáveis limitações decorrentes daquele Ato.

Julgá-lo de fora é sempre fácil. Trabalhar contra êle, sendo parte dêle, é também fácil. Difícil é saber situá-lo no quadro de acontecimentos que, na maior parte das vezes, não somente fogem ao seu contrôle, como, também, escapam ao elenco de suas prerrogativas.

Fácil é, por exemplo, dizer que o Congresso, na pessoa de seus congressistas, acomodou-se nesta ou naquela oportunidade, em face dêste ou daquele acontecimento, em virtude e para salvaguarda de interesses pessoais, de mandatos, de grupos e posições e coisas assim. É fácil dizer isto, porque isto poderá ser bem evidente demais para obscurecer as causas menos nítidas, porém, bem mais cruciais sob o ângulo político. E mais do que sob êsse ângulo, sob o prisma das perspectivas históricas de nosso povo, levadas em conta, inclusive, as suas projeções futuras.

Conseqüentemente, quando o diapasão se eleva, para usarmos a expressão de Hook, o Congresso, por mais paradoxal que isso possa parecer, somente dispõe de um caminho: baixar o seu próprio, se é que antes o elevou, ou em seu seio consentiu que alguém o elevasse. É êsse o seu método de cura com relação aos chamados "heróis salvadores". Quando o Congresso cala, ou reage apenas na medida exata do valor das ditas vozes salvadoras, reparem bem, as águas tendem a voltar a seu nível habitual, e, aí, então, é possível trabalhar.